

## Saques e greves - Uma reflexão sobre repertórios dos movimentos sociais no Brasil

Em linhas gerais, esse texto pretende ser uma síntese, incompleta e em certo sentido ainda inacabada, sobre a possibilidade de estudo acerca da correlação entre greves, movimentos sociais e as ações de saques ao longo da história brasileira no século XX. Trata-se de um esforço ambicioso, cujos problemas dizem respeito principalmente a sua pretensão de estabelecer uma relação onde, via de regra, há uma carência de análises nesse sentido. De forma bastante genérica, creio ser possível afirmar que os motins, os saques e as revoltas são repertórios tradicionalmente repetidos e atualizados, para usar da linguagem de Charles Tilly e que, portanto, seus limites não são estanques, podendo incidir em diversas temporalidades. Sua própria nomenclatura parece estar ligada muito mais a quem produz os discursos sobre eles e não nas suas diferenças e especificidades – o que permite concebê-los em certa homologia.

Valeria a pena aqui reforçar esse argumento citando os inúmeros casos de revoltas, saques e motins no século XIX – especialmente, mas não exclusivamente, no Nordeste brasileiro, como discutido por autores como Hamilton de Mattos Monteiro e Verónica Secreto. Eles constituíam ações contra autoridades e comerciantes que aderiam a teoria smithiana de liberalização dos mercados, o que implicava o fim dos silos para estoque de alimentos, a leniência para com o açambarcamento de mercadorias e a padronização de pesos e medidas a fim de favorecer o comércio. A cidade de Salvador foi um dos palcos mais emblemáticos desses saques, quando uma multidão protestou em prol de “carne sem osso e farinha sem caroço” nos mercados da capital – analisado por artigo de mesmo nome de João José Reis e Márcia Gabriela de Aguiar. No centro das novas práticas administrativas, estavam em jogo a defesa da “impessoalidade dos mercados”, nos quais se regulariam por leis “naturais”, exigindo que não se intervisse na liberdade dos comerciantes. Esse cenário pareceu bastante comum ao terceiro-quarto do oitocentos, atingindo regiões rurais em maior quantidade do que as urbanas, mas compreendendo também espetáculos de revolta popular nas grandes cidades. Em outras palavras, mesmo no oitocentos, os saques não eram repertórios específicos do meio rural ou do meio urbano, uma tendência que creio que é comum também ao século XX.

Não pretendo aqui enumerar todas as particularidades dessas revoltas da fome do século XIX, mas parece bastante claro que elas tinham alguns repertórios em comum: o uso do anonimato, o caráter local e uma concepção “moral” de justiça que dialogava especialmente com a experiência da fome. Todavia, essa concepção “moral” por vezes

foi tratada como “apolítica”. Em 1990, Wilma Grossmann, organizadora de um dos principais arquivos sobre a seca no Nordeste, escreveu que as ações dos saques eram motivadas “unicamente pela fome” e que “a fome não é política, que eu saiba” (GROSSMAN, 1990). A ausência de “política”, nesse caso, visava criar uma espécie de aura moral sobre os revoltosos, dos quais eles não poderiam ser incriminados pelo Estado – numa clara resposta a anticomunistas que afirmavam que os “saques” eram resultado de “infiltração comunista”.

A partir desse aspecto, creio ser importante olhar para uma dualidade nas revoltas contra a fome que vão basicamente de 1917 até a década de 1980, onde temos os últimos grandes registros de saques em âmbito nacional; por um lado, a *expectativa* sobre a fome se altera radicalmente, pois ela não mais está amparada nos modelos paternalistas tradicionais e tampouco num mundo progresso no qual o mercado fosse um espaço de relações pessoais e próximas. Por outro lado, novos horizontes se afirmam na luta política contra as “injustiças”, que é justamente a da existência de um movimento operário organizado. Isso sem dúvida garante que a “moralidade” dos revoltosos, combinados a crítica à “exploração da força de trabalho”, transformavam as *expectativas* para uma ação efetiva contra a carestia e os açambarcadores.

Olhando para o âmbito econômico, Joana Dias Pereira (2014) sugeriu que o ciclo de *revoltas da fome* de 1917 a 1920 foi essencialmente motivado por distúrbios na correlação entre salários/preços/empregos – distúrbios esses causados em grande parte pela economia de guerra. O ciclo, por sua vez, seria apresentado como fenômeno global, permitindo analogias com *revoltas da fome* em diferentes países, como Rússia, Portugal, México, Japão e, é claro, Brasil. Nem sempre tais motins foram acompanhados de greves, mas as revoltas da fome enunciavam uma tensão social cujos governos não conseguiam sanar. Fossem Estados dinásticos, autocracias imperiais ou nascentes repúblicas, o fantasma de *food riots* saindo do campo para a cidade era agora uma realidade concreta em âmbito internacional. Pela leitura da obra de Pereira, creio que é possível delimitar alguma espécie de contexto onde a “economia moral” encontrou-se, internacionalmente, com a classe operária organizada em projetos revolucionários. Mas resta saber como isso se deu no Brasil de fato, no que o artigo de Edilene Toledo, “Um ano extraordinário”, parece ter conseguido mapear com precisão.

O grande ganho dessa leitura é que ela ajuda a perceber que o ciclo de agitação global de 1917 trazia um novo elemento em relação às revoltas ligada às diferentes “economias morais” do século XIX: a intensidade e a radicalidade de um movimento operário. À medida que 1917 parece apresentar um outro quadro para as “revoltas da

fome”, o caráter local das organizações e dos repertórios tem agora de lidar com instituições com aderência na classe trabalhadora e pretensões nacionais – e por vezes internacionais. Nessa interação, seria possível afirmar que as organizações de bairro e as organizações operárias interagiram durante esse período e buscavam respostas para a crise de subsistência em diálogo direto. Mas é importante estabelecer algumas ressalvas.

A primeira delas é que dada a heterogeneidade das migrações internas e de uma classe trabalhadora que, em 1917, crescia aceleradamente em diferentes centros urbanos, seria difícil apostar nas redes de solidariedade como elemento exclusivo da ação nos saques. Esse é um ponto a ser investigado, pois se considerarmos as greves de 1917 em São Paulo e Porto Alegre, as ações grevistas tiveram forte participação de grupos de imigrantes (italianos, alemães, libaneses, etc.), o que implicaria pensar que as redes locais poderiam ter se sobreposto a redes de solidariedade étnica. Luigi Biondi (2011), por exemplo, destaca que a origem da greve de 1917 em São Paulo foi no comitê operário do bairro da Mooca, região onde cruzava-se não apenas a rede de solidariedade local, mas também o caráter étnico da formação de classe. Nesse ponto, a heterogeneidade da formação do movimento operário brasileiro nos obriga a olhar para os saques e motins da mesma forma como se compreendem as greves da época, ou seja, a partir não apenas de solidariedades entre a classe em âmbito local, mas pelo reforço de laços étnicos em determinadas organizações.

Por outro lado, convém destacar algo que Thompson e Secreto (e tantos outros) já afirmaram sobre o repertório dos saques: ao contrário das greves, tais ações exigiam uma certa confiança no poder do anonimato. Elas dependiam de uma ação rápida e focada em armazéns, lojas e depósitos cuja segurança não fosse considerada ameaça, ou cuja identificação sobre o comerciante fosse invariavelmente a de “açambarcador” – ou “tubarão”, para usar uma nomenclatura comum dos anos de carestia. Disso se entende que a organização dessas ações dependeria de um certo conhecimento sobre as praças de comércio locais e, em última instância, da necessidade de incitar os companheiros e companheiras para a ação direta. Nesse ponto, o repertório do saque parece rigorosamente semelhante às ações de saqueadores nas zonas rurais em épocas de carestia.

Todavia, gostaria de apresentar aqui um caso que aponta justamente uma diferença importante a ser considerada: o mais famoso saque empreendido em 1917 foi, sem dúvida, o do Moinho Santista, empresa de compra e moagem de trigo. Por conta dessa ação, o líder anarquista Edgard Leuenroth foi preso, apesar de que, como se sabe, não havia provas determinantes de sua participação no movimento. Todavia, ao ser acusado de “incitação” e até mesmo de “mentor” dos saqueadores, Leuenroth não conseguiu escapar

do cárcere. Chama a atenção que um líder grevista e operário, da envergadura de Leuenroth, fosse autuado como responsável pelo saque, pois isso demonstra no mínimo como a polícia de São Paulo concebia o movimento grevista agindo em conluio com os saqueadores. Essa pode parecer, claro, uma tese movida exclusivamente pela repressão, como forma de legitimar a prisão do líder anarquista. Mas convém destacar: dez dias depois do ocorrido no Moinho Santista, o jornal anarquista *A Plebe* defendia abertamente os saques ocorridos a partir de numa emblemática passagem:

“Se é permitido ao commercio roubar escandalosamente o povo consumidor, a pontos de o collocar na contingencia acabrunhadora de perecer à fome, aconselhamos a todos os nossos irmãos de infortúnio que defendam à *outrance* o seu incontestável direito à vida, indo buscar as subsistências onde quer que ellas se encontrem *aferrolhadas* – nas lojas de commercio, nos armazens, nas fabricas...”

E isso na mesma edição em que as demandas do Comitê da Liga de Defesa Proletária eram exibidas, defendendo o “imediate barateamento” dos gêneros de primeira necessidade. Olhando para essas páginas, é possível afirmar que continha ali uma ameaça do movimento paredista paulista: ou os preços seriam “barateados” imediatamente, ou de outra forma outros saques ocorreriam. O caso paulista, em certo sentido, parece indicar uma correlação direta entre a greve e as revoltas da fome, indicando uma ação rebelde e claramente orientada pelo movimento operário – e creio que o mesmo pode ser apontado para o Rio de Janeiro, se seguirmos a suspeita levantada por Edilene Toledo acerca dos saques nos moinhos e armazéns na capital federal em julho de 1917. A suspeita policial talvez não estivesse tão distante da realidade, embora seu fundamento fosse invariavelmente reprimir os trabalhadores organizados.

Há outros elementos que indicam que as ações variavam em âmbito local, mostrando mudanças no repertório. Em Porto Alegre, por exemplo, Adhemar Lourenço da Silva Jr. aponta que o início dos saques teria passado por duas motivações: em parte, claro, a alta de preços, mas também um forte sentimento anti-germânico, que instaurou um caráter xenófobo nas primeiras agitações. Essas revoltas acabaram fazendo com que o governo estadual convocasse tropas militares para a cidade e, enquanto a greve paulista avançava, Porto Alegre estava sob uma espécie de lei marcial velada (SILVA, 1995). Foi nesse terreno de repressão já instituída e organizada que a greve foi organizada – o que permite levantar a hipótese de que os saques e a repressão policial exigiram uma

reorganização do movimento para poder construir a greve – que até onde consta, não tinha em suas fileiras nenhuma bandeira xenófoba.

Ainda assim, quando a greve gaúcha ocorrera, já duas semanas depois do fim da greve em São Paulo, as demandas estavam diretamente ligadas à carestia: “diminuição dos preços dos gêneros de primeira necessidade em geral”, “providências para evitar o açambarcamento do açúcar”, “estabelecimento de um matadouro municipal para fornecer carne à população a preço razoável”, “criação de mercados livres nos bairros operários”, “obrigatoriedade da venda do pão a peso e fixação semanal do preço do quilo”. Ressalta-se que, se por um lado, a carestia estava “na ordem do dia” dos grevistas gaúchos, por outro, a ação dos saques não parece ter acompanhado *pari passu* a greve, marcados principalmente pela xenofobia.

O caso gaúcho não foi o único em que o saque se confundiu com questões de ordem xenófoba. Em Recife, segundo o estudo de Aloizio Franco Moreira, após a longa e aguerrida greve de setembro, uma onda de saques ocorreu dois meses depois, dirigindo-se contra os lojistas e industriais alemães, motivada pela entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial. Invariavelmente tais ações parecem acompanhar movimentos distintos, mas ao mesmo tempo, é difícil para os historiadores mensurar ao certo quando os saques eram parte de uma agenda específica das organizações classistas ou quando eles davam vazões a sentimentos xenófobos. O que acredito ser o mais provável é que houvesse algum espaço de interlocução entre eles, especialmente diante das demandas sobre a carestia – em Pernambuco, esse também era um fator crucial nas exigências dos operários. De certa forma, creio ser possível afirmar que as múltiplas tensões que emergiam da conjuntura de carestia podiam tomar formas que fugiam dos objetivos tradicionais do movimento operário, mas que ele ao mesmo tempo não poderia estar alheio a elas. Como lembra Richard Hoggart, “a vida das classes proletárias” é uma vida “densa e concreta”.

Há ainda outro caso que gostaria de trazer para ilustrar referente ao ciclo de 1917-1922, diante da primeira greve geral na Bahia, em 1919. Aqui, os saques parecem deter outro significado que, salvo engano, é bastante singular. Foi Aldrin Castelucci que destacou o papel da Guarda Noturna do Comércio soteropolitana que, diante da profusão de categorias aderindo à greve, também fez sua parte. Exigindo melhores condições de trabalho e num extraordinário sentimento que poderia até ser chamado de “consciência de classe”, os guardas ameaçaram não apenas juntar-se aos paredistas, mas sim “abrir caminho para arrombamentos e saques contra propriedades comerciais na Cidade Baixa”, em Salvador. Se, de fato, houve saques após isso, Castelucci não confirma – mas ressalta que os comerciantes baianos temiam fervorosamente a possibilidade de uma onda de

saques na capital. A inusitada arma dos guardas baianos parece ser um indicativo, no mínimo, de que havia um repertório específico a ser reconhecido naquela agitação popular que envolvia tanto a greve quanto o saque. E a recusa de reprimir ambos era basicamente o pesadelo da burguesia baiana.

O quadro que estou tentando traçar aqui acerca desse fértil período de greves dificilmente pode encontrar pontos de intersecção evidentes entre movimento operário e motins. Elas ocorreram em espaços e temporalidades semelhantes, mas suas motivações variavam: os saques poderiam ser uma retaliação contra o patronato, ato de xenofobia ou até mesmo uma espécie de *lockout* policial. Pareciam, em certo sentido, menos “políticos” do que as demandas organizadas das greves – de fato, os saques ocorriam sem uma carta específica de intenções ou demandas, embora ficasse claro que reagiam contra a carestia. O repertório, em si, também mudava: os moinhos e armazéns eram alvos preferenciais, mas outros estabelecimentos poderiam ser alvos das ações de saques se estes fossem de empresários e lojistas alemães. E em sentido geral, se havia “mediadores” tentando conter ou mesmo direcionar tais ações, eles estavam cerrando fileiras nas organizações operárias.

Porém, seguimos sem saber ao certo quem eram esses saqueadores, o que implica em pensar sobre os agentes dessas ações. Embora na maioria das vezes utilizando do anonimato, os revoltosos poderiam dar algumas pistas sobre a composição de suas ‘turbas’: PEREIRA, em estudo recente, destacou a importância do papel das mulheres nos saques de 1917 em Portugal – algo que em outros países também parece bastante marcado, como na Rússia ou no Japão (FERRO, 1972. p. 35-36; LEWIS, 1990. p. 37-39). Da mesma forma, se nas greves era reforçado o caráter étnico de algumas lideranças, nos saques, questões como etnia ou raça não estavam na ordem do dia. Diante da dificuldade de encontrar registros jornalísticos e policiais sobre os saques, talvez esse seja um interessante roteiro de pesquisa para quem quiser seguir por essa linha, ou seja, verificar quem eram esses “revoltosos” ou “revoltosas”. A partir daí, seria possível verificar inclusive as aproximações mais efetivas entre greves e saques.

Por sua vez, confirmada a hipótese de que essas ações operavam conjuntamente, a combinação entre elas revelaria uma crítica a ideia de saques e revoltas contra fome ocorreriam exclusivamente numa moralidade ‘pré-política’, ainda mais tendo em vista que grevistas e saqueadores pareciam compartilhar ao menos de uma gramática comum, fazendo referências a “carestia de vida”, “tubarões”, “açambarcadores” e “preço justo”. Todavia, faço a ressalva de que a associação entre movimento operário e revoltas da fome, ao menos nesse contexto, não era automática. Pelo contrário: há nuances nítidas nessas

ações e talvez seja importante retomar os estudos monográficos sobre tais revoltas para perceber os pontos de intersecção entre greves e saques para compreender as posições do movimento operário sobre o tema e como ele variava conforme os contextos regionais – e, nessa mesma linha, propor também olhar para o eventual caráter xenófobo dos saques e motins. Assim, talvez possa se delimitar melhor o que aproximava, mas também o que afastava as greves dos saques no repertório dos movimentos sociais.

Sem dúvida um ponto de possível intersecção teria sido a luta contra a carestia, que foi uma bandeira constante do movimento operário brasileiro. Porém, se a luta pelo direito de greve esteve no horizonte de muitos sindicatos nos anos posteriores – como forma de lutar contra a criminalização do protesto – a luta pelo direito de saque, como era de se esperar, nunca foi formalizada. Afinal, uma ordem social baseada na propriedade privada não poderia nunca abrir exceções. Dessa forma, creio que nesse meio tempo houve uma espécie de “descolamento” entre as ações grevistas e as revoltas da fome; em alguns casos emblemáticos, esse “descolamento” chegou a atentar contra ações do próprio movimento operário. A título de exemplo, em 1935 a cidade de Natal foi a única capital brasileira a ter um governo temporariamente comunista, fruto da insurreição militar promovida pelo PCB naquele ano. O único civil do governo – que durou quatro dias – foi um operário, o sapateiro José Praxedes, que assumiu o cargo de Secretário do Abastecimento Público. Seu primeiro ato foi um apelo aos comerciantes para que normalizassem a vida da cidade, pois o governo comunista não poderia conter eventuais saques – que de fato ocorreram e, a rigor, podem ter gerado complicações na luta dos insurgentes militares contra as tropas do governo federal.

Ao que tudo indica, não estava no horizonte dos comunistas, nas décadas seguintes, qualquer visão organizativa para com os saques. Em 1943, a cidade de Porto Alegre viu caminhões de leiteiros serem atacados em motins pela população dos bairros operários, mas por desarticulação ou desinteresse (sem contar a censura da época), o PCB não se pronunciava sobre esses casos. Todavia, o partido estava atento ao contexto de carestia que o governo Vargas legava ao Brasil na época da “economia de guerra” e em 1945 os comunistas organizaram as chamadas Ligas das Donas de Casa para lutarem contra a carestia no Brasil, num movimento essencialmente de mulheres e que chegou a organizar congressos nacionais pressionando as autoridades acerca da escassez de alimentos e da alta inflacionária. Todavia, para o Partido, a organização revolucionária submetia as outras formas de ação política; em 1953, a “marcha da panela vazia” em São Paulo protestara na sede do governo, sendo repetida em outras grandes cidades brasileiras, lideradas por mulheres próximas ao PCB que faziam *cazerolazos*. Ela sem dúvida foi

essencial na formação da greve dos 300 mil naquele ano, mas é curioso perceber que não houve ocorrência de saques naquela agitação. Durante a década de 1950, Murilo Leal Pereira Neto chega a afirmar que o clima de “quebra-quebra” na agitação da greve dos 400 mil, em outubro de 1957, chegou a constituir uma “atmosfera de ‘motim da fome’”, mas reconhece que não havia saques ou depredações contra alvos diretamente associados à distribuição de alimentos. Ao que tudo indica, as revoltas contra a fome foram gradualmente ficando de lado no repertório dos movimentos sociais durante esse período.

Em parte, creio que há um caso específico que ajuda a elucidar um dos problemas que os comunistas tinham para com esse tipo de protesto. Em 1952, a cidade de Porto Alegre viu uma intensa manifestação contra a alta do custo de vida, organizada pelo PCB, segundo as memórias do ex-vereador comunista Eloy Martins. Martins era uma liderança aclamada, metalúrgico, negro, orador de respeito e compreendeu que a linha do Partido na época era equivocada: as massas, afinal, confiavam nos comunistas para lutar contra a “carestia de vida”. Ainda assim, a exigência é de que o comício falasse abertamente sobre a política de apaziguamento e denunciar o imperialismo expansionista americano e a guerra da Coreia. Contrariado, mas homem de partido, Eloy teve que realizar essa missão. A manifestação aparentemente surpreendeu os próprios comunistas, seguiu-se uma espécie de *charivari* operário, com forte presença de mulheres. Os manifestantes chegaram até a superintendência do abastecimento, ocupada por Manoel Vargas, um dos filhos do então presidente Getúlio Vargas. Os trabalhistas tentaram interceder, mas a população agitava-se e soltava foguetes contra as janelas do prédio; o prenúncio de um saque nos armazéns do porto era pressentido naquele momento. Todavia, foi nessa hora que Eloy Martins, seguindo as orientações partidária, subiu ao palanque e falou não apenas da carestia e da escassez de carne, mas também dos problemas do petróleo e do militarismo imperialista americano. Aos poucos, a multidão se dispersou e, em sua autobiografia, o operário lamentou amargamente a linha equivocada do partido naquele momento, virando motivo de chacota para a imprensa e partidos burgueses – e, em sua opinião, perdendo a confiança das massas.

Esse caso específico mostrava alguns dos limites que os comunistas tinham na ação política sobre a carestia. Sua visão grandiloquente acerca das lutas sociais e de geopolítica por vezes esbarrava nas dimensões concretas da carestia. Nesse ponto, os trabalhistas podiam ter discursos mais sedutores, defendendo a fiscalização dos mercados e instigando a crítica contra “comerciantes desonestos”, a serem presos com o rigor da lei. De fato, o governo Vargas (tanto o Estado Novo quanto o segundo governo) legou ao Brasil todo um arcabouço legal voltado aos *crimes contra a economia popular* que



envolvia não apenas o controle do tabelamento de preços, mas a rígida punição para comerciantes que fossem autuados em práticas desonestas de açambarcamento, aprisionamento, adulteração, etc. Tais leis, combinadas a políticas rígidas de abastecimento popular deveriam conter a carestia nas grandes cidades, mas como se sabe, não foi isso que ocorreu. É difícil saber ao certo o quanto os trabalhadores urbanos poderiam confiar nos trabalhistas nesse aspecto, mas a legislação e as orientações políticas da *economia popular* perduraram até 1962, quando o sistema de abastecimento passou por uma nova concentração por meio da SUNAB.

Mas essa não era a única mudança de 1962. Se antes parecia que havia um “descolamento” entre movimento operário e os saques, esse ano foi marcado por uma reaproximação inusitada entre ambos. Ou talvez nem tão inusitada. Murilo Pereira Leal destacou a ‘atmosfera de motim da fome’ que era sentida nos “quebra-quebras” contra o aumento das tarifas de ônibus na cidade de São Paulo em 1957 e 1958. Uma observadora arguta daquela época, a escritora Carolina Maria de Jesus, chegou a antever que se as coisas não mudassem, “em 1960 haveria revolução”. Na condição de mulher, negra e favelada, o depoimento de Carolina dá a tônica de um clima de tensão social que encontrava correspondentes inusitados. No ano de 1960, o vereador comunista de Porto Alegre, o eletricitista Alberto Schroeter, anunciou na Câmara de Vereadores que uma “revolução popular” estava vindo para resolver o problema da carestia, pois “só o povo, só a população se rebelando contra este estado de coisas poderá resolver em definitivo a situação”. Novamente, num novo conjunto de expectativas, pareciam juntar-se “a atmosfera de ‘motim da fome’” com a possibilidade de uma “revolução popular”.

Ainda assim, Murilo Leal enfatiza que os motins de 1958 foram menores que os de 1957 e atribui isso a uma maior adesão e participação de entidades sindicais, estudantis e populares que conseguiram canalizar as energias populares para o bloqueio de vias ao invés de focar-se na depredação dos transportes. Em alguns casos, a década de 1950 chegou a ver “greves brancas” de consumidores, boicotes sistêmicos aos “tubarões da carne”, que repassavam preços impraticáveis para os açougues – algo estudado no contexto de Curitiba, Santa Maria e, em certa medida, em Porto Alegre. Essas mobilizações, como eram chamadas, indicam que o problema do custo de vida tinha outras formas de resolução coletiva para além do saque e que em certo sentido eram mais seguras – ainda que não necessariamente mais eficientes, dado que a redução de preços era sempre temporária.

Contudo, creio que não se pode olhar para essas ações somente em termos pragmáticos; em 1960, na cidade de Porto Alegre, os metalúrgicos organizaram uma

“greve anti-fome” de 24 horas exigindo do poder público ações para resolver o problema da carestia. O sucesso dessa ação se deu, segundo um dos líderes metalúrgicos da época, José César de Mesquita, pelo fato de que ela tinha sido fruto da “unidade da classe trabalhadora”. A categoria dos açougueiros inclusive somou-se a essas ações: em 1961 os próprios trabalhadores e proprietários de açougues conclamaram a população gaúcha a não consumir carne e anunciavam a realização de piquetes em açougues que não aderissem ao boicote da carne de gado. E em 1962, os açougues da capital gaúcha fizeram *lockout* em solidariedade ao movimento grevista, inclusive decretando “greve geral” no mês de julho. Mas em nenhum dos casos parece ter tido algum tipo de motim para motivar as ações.

Todavia, um olhar mais desconfiado para eventuais alianças entre comerciantes e trabalhadores pode nos ajudar a enxergar as possíveis intersecções entre greves e revoltas da fome na conjuntura de 1962. No dia 7 de julho, em meio a greve geral no Rio de Janeiro, um dos diretores do Sindicato do Comércio Varejista, Carlos Sampaio, em declaração aos jornais, anunciava que diante do que acabava de acontecer na cidade de Niterói, “já era tempo de tomarmos as nossas providências, em defesa de nossa propriedade, de nosso patrimônio”, defendendo que os varejistas fizessem “seguros contra tumultos”.

O motivo, como expõe Demian Melo em sua grande análise sobre a greve geral de 1962, estava nas ações de saques e motins na região da Baixada Fluminense, em especial na cidade de Duque de Caxias. Tais saques inclusive, por mais espontâneos que pudessem parecer, indicam algumas disposições políticas: em parte, porque alguns líderes sindicais participaram das ações (embora não haja detalhes específicos sobre quem eram eles); em parte, porque para escapar das ações dos saqueadores, os comerciantes que escaparam da fúria da revolta popular foram justamente aqueles que fecharam suas portas e colocaram a bandeira do Brasil na frente do armazém. (MELO, 2013).

De fato, os saques no estado do Rio de Janeiro não tiveram proporção semelhante a de nenhuma outra parte do Brasil. O saldo de onze mortos e milhares de feridos nos confrontos deram a tônica de confrontos de larga escala – nenhuma greve, desde 1945, havia tido tantos mortos quanto os saques da Baixada. As classes dominantes sentiram um medo profundo, anunciado na fala de um conservador vereador de Niterói que aquilo era ação de “comunistas que preparavam um movimento de rebelião entre o povo”. Em parte, esse medo parecia ter alguma sustentação: no ano seguinte, em 1963, um padre chamado Aníbal Magalhães Mendes atacou o parque Capivari, também na cidade de Duque de Caxias, ocupando a terra junto com um grupo de mil e trezentos homens

armados com facas, revólveres e espingardas, anunciando o início de uma “reforma agrária” e vestido de guerrilheiro. Ainda assim, o padre negou ser comunista aos jornalistas do *Diário de Notícias*. É difícil comprovar que esse clérigo fosse, de fato, um dos instigadores da revolta da fome do ano anterior – mas os saques seguiram ocorrendo, em prol de uma “reforma agrária” tal como a feita por Fidel Castro. Esse caso em particular é de uma complexidade ímpar, pois os saques na Baixada Fluminense, em 1962, sugeriam um perfil urbano de saque – mas aqui, elementos das revoltas da fome do Brasil rural estavam novamente colocados (a liderança religiosa, a ênfase na luta no campo) cruzados como os novos movimentos sociais da época.

As combinações que emergiam na nova onda de saques indicam que os medos das elites resgatavam memórias não apenas dos acontecimentos de 1917, mas também as desse passado rural – em especial no Nordeste. Em Pernambuco, em maio de 1962, retirantes fugindo da seca saquearam as praças comerciais das cidades de João Alfredo e Salgadinho, apoderando-se dos alimentos delas. Durante a greve geral, o governador do Ceará, Parsifal Barroso, recebeu uma assustada comitiva das ‘classes produtoras’ que lhe solicitaram providências “contra possíveis saques e depredações”. Em setembro de 1962, uma nota publicitária apócrifa no jornal *Diário de Natal* alertava para a ameaça comunista, enfatizando que “Natal já experimentou um saque em 1935. Em julho passado aconteceu a mesma coisa em Caxias, onde 264 estabelecimentos comerciais foram pilhados e destruídos pelos COMUNISTAS”. A rigor, não parece que a greve geral de 1962, no Nordeste, andou junto com as ações de saque. Mas, aparentemente, poucas regiões temeram tanto que o movimento grevista retomasse o repertório das revoltas da fome, inclusive resgatando o passado – e, convém dizer, no caso natalense, que o medo do saque esbarrava no fato de que, em 1935, os próprios comunistas não estavam interessados no motim, embora isso evidentemente não fosse interessante para as elites potiguares discutirem.

Em linhas gerais, o medo das classes dominantes parece contrastar com algum tipo de rejeição do saque como repertório de ação política para as esquerdas. Na gramática anti-imperialista dos movimentos nacionalistas das esquerdas, “saque” era exclusivamente o que os países imperialistas faziam com as nações subdesenvolvidas. Isso ajuda a entender porque a revista *Novos Rumos*, do PCB, ao defender que as ações dos motins em Duque de Caxias eram justificadas, categorizava-os não como “saques” e sim como “revolta da fome” ou “rebelião da fome”. Essa mudança gramatical parecia deixar clara certa simpatia dos comunistas para com os protestos, que ao tratar dos ataques em Niterói, narravam o ato como uma erupção espontânea decorrente das arbitrariedades

policiais enquanto as pessoas esperavam na fila por alimentos dos armazéns. Em última instância, as ações eram frutos da “ira do povo” – ira justificável, mas ainda assim que carecia de uma diretriz organizativa (algo que ficaria evidente na posição do jornal, nos dias 20 e 26 de julho, ao afirmar que os comunistas deveriam evitar o sectarismo e o “espontaneísmo”). Como MELO ressalta, apesar da participação de lideranças sindicais em alguns dos motins na Baixada, o Conselho Sindical do Estado do Rio de Janeiro rapidamente afirmou ao I Exército que “a greve não tinha nada a ver com essa onda de saques” (2013, p. 180).

Ao que tudo indica, ao contrário de 1917, o ano de 1962 parece ter sido marcado por poucos casos de saques e motins que pudessem ser associados às esquerdas – por mais que o anticomunismo das classes dominantes parecesse encarar essa ligação com obviedade, a menos a título de propaganda. As “revoltas da fome” foram locais e parecem ter emergido muito mais de lideranças comunitárias do que propriamente de movimentos sociais organizados. O temor anticomunista pode gerar interpretações dúbias nesse sentido, mas não parece haver documentos das esquerdas que comprovem sua participação ou mesmo a defesa aberta dos saques. Os tempos de Kropotkin, em que *A Plebe* parafraseava o célebre anarquista russo, não estavam mais no horizonte. Isso não significa que os saques eram condenados, mas o espontaneísmo das ações não era visto com bons olhos por aqueles que procuravam construir a luta contra a carestia – uma luta que, convém dizer, a partir de 1960 já dependia explicitamente de uma das principais bandeiras das esquerdas da época que era justamente a Reforma Agrária.

A expectativa dos agentes sociais passava cada vez menos pelos saques e motins, pelos protestos nos mercados. Havia uma reforçada confiança num programa de reformas a ser imposto de cima para baixo e que poderia conter a “sanha dos tubarões”, bem como a inflação. Ao mesmo tempo em que confiavam abertamente nessa perspectiva, as esquerdas começaram a ver uma mudança inusitada por parte das direitas: a formação de Ligas de Donas de Casa católicas, com verbas do complexo IPES/IBAD, a partir de 1962. O campo da luta contra a carestia tornava-se mais um cenário da luta de classes, à medida que mulheres das classes mais altas se organizavam contra a propaganda “subversiva”, em defesa da caridade e criticando abertamente a ineficácia dos “trabalhistas” no controle dos preços. Jango passou a ser visto como responsável pela alta do custo de vida, bem como seus aliados, tais como Brizola e Arraes. Mesmo depois do golpe de 1964, a Liga das Donas de Casa ainda aprontaria mais uma das suas: em celebração ao aniversário do golpe, em 1965, elas organizariam uma “Marcha com Deus pela Estabilização dos Preços”. É bastante evidente que ao acreditar que o mercado poderia ser transformado a

partir de reformas e que a carestia seria resolvida por uma entidade centralizadora – o Estado – isso acabou reforçando novamente o descolamento das lutas do movimento operário e sindical para com as revoltas da fome.

A década de 1970 viu emergir, na esteira do enfraquecimento do “milagre econômico”, fortes movimentos contra a carestia. O Movimento Contra a Carestia (MCC) e o Movimento do Custo de Vida (MCV) emergiram propondo ações efetivas para o abastecimento da população pobre, tanto urbana quanto rural. O envolvimento de setores progressistas da Igreja Católica e de militantes de partidos de esquerda na clandestinidade (destacando-se principalmente o PCdoB) indica que havia elementos difusos de uma nova aliança que se firmava dentro dos novos movimentos sociais – ainda que, como destaca MONTEIRO, ocorresse uma correlação entre os protestos do final da década de 1970 com as antigas marchas da panela vazia da década de 1950. Em agosto de 1981, nas vésperas do 3º Encontro Nacional do MCC, a cidade de Salvador (sede do encontro) tinha visto saques ocorrerem nas praças da cidade, com intensa repressão policial.

É difícil saber ao certo até que ponto os partidos de esquerda e os movimentos sociais e sindical estavam envolvidos nesses saques, mas essa era sem dúvida a posição da repressão. Ao estudar uma onda de saques em supermercados em São Paulo no ano de 1983, Cassiana Buso Ferreira analisou documentos do Serviço Nacional de Inteligência, SNI, que indicavam a presença de 12 militantes do PC do B, no que o Jornal *Estado de São Paulo* identificava a forte presença de “elementos que, na atividade sindical, se colocam claramente à esquerda e disso não fazem mistério”.

A versão da repressão, verbalizada nas acusações do ex-ministro Mário Andreazza sobre os saques no Nordeste brasileiro na década de 1980, davam a tônica de que o grande medo que havia ainda era da presença dos comunistas nas ações de saques. Ao mesmo tempo, contudo, apresenta-se uma ambiguidade a título de hipótese: por um lado, pode se dizer que há poucos indícios de que partidos e sindicatos de fato estivessem nas ações; por outro, porém, em contexto de repressão e abertura, é provável que os membros envolvidos não quisessem se expor – ou expor suas organizações – nas ações de saque.

É interessante observar que nessa visão panorâmica, os saques no Brasil do século XX apontam um quadro muito mais complexo do que a ideia de um repertório “atrasado e pré-político”, conforme caracterizações usuais sobre esse repertório para o século XIX ou para o espaço rural. As denúncias de que os saques eram responsabilidade das esquerdas (fossem eles anarquistas, comunistas, sindicalistas, etc.) era, em alguma medida, rechaçada pelos partidos e os próprios movimentos sociais não pareciam adotar

essa pecha – distante, talvez, dos anarquistas do *A Plebe*, que de forma nada sutil citavam Kropotkin em seu jornal.

Contudo, não se pode assumir com isso que os saques eram atos meramente espontâneos. O grau de envolvimento das esquerdas e do movimento operário e sindical ainda está para ser desdobrado, mas não se pode negar os contextos de organização entre eles. Greves gerais e o processo de abertura política dão a tônica de que havia uma confluência política que mobilizava os agentes e fazia-os retomarem o repertório do saque para ameaçarem a ordem dominante. Nos dizeres de John Chalcraft, é possível afirmar que essas ações constituem uma espécie de fissura a um dos pontos mais cruciais na hegemonia do capitalismo, que é justamente a violação da propriedade privada. Não havia, portanto, saída ao Estado senão empregar da repressão para lidar com esses revoltosos e, nesse ponto, o *timing* das ações parece reverberar as pulsões e os impasses dessa hegemonia em diferentes momentos da história brasileira do século XX.

Se a hegemonia constitui uma espécie de sutura social que dá coesão ao corpo da sociedade, situações como petições, cartas, protestos, saques, tumultos e motins nos mercados afetavam essa “costura”, pois elas formulavam um princípio antagônico a noção de “impessoalidade do mercado”. Em algumas leituras mais pós-estruturalistas, como em Michel de Certeau, esse princípio está sempre sendo tensionado na sociedade de consumo – pois o consumo seria, ele mesmo, um ato marcado pela forte subjetividade, pouco afeito a dispositivos racionalizadores do comportamento. O que a análise de Certeau ignora, contudo, é que esse questionamento ao caráter impessoal da economia de mercado pode ele mesmo se tornar um fator crucial na convulsão social. Quando o mercado, livre de impeditivos, pode lucrar a partir da incapacidade dos sujeitos terem acesso ao básico para sua sobrevivência, a sua impessoalidade torna-se inimigo a ser abatido por toda sorte de trabalhadores pobres.

Convém ressaltar que estamos aqui, de fato, muito próximos da noção de “economia moral” de Thompson. E, ainda assim, a crítica a impessoalidade do mercado toma diferentes formas que não são necessariamente revoltosas – na verdade, seguindo o raciocínio thompsoniano, a revolta seria apenas um dos repertórios possíveis de uma “economia moral”. E mesmo ao se deparar com tais revoltas da fome, elas parecem se apresentar em formas bastante heterogêneas. E esse texto é, invariavelmente, um chamado aos pesquisadores para que atentemos para as formas específicas que os saques percorrem no século XX brasileiro, bem como a sua relação específica a contexto de greves. Trata-se, sem dúvida de uma síntese ambiciosa e, como tal, ela tem problemas. Mas creio que pude apontar, num quadro geral, a importância do repertório de saques e

motins na história das greves e dos movimentos sociais brasileiros. Resta agora que nos debruçemos sobre essa perspectiva a fim de conseguir estabelecer um quadro específico de análise das muitas formas de luta sociais brasileiras.